



DEMOCRACIA E CLIENTELISMO: UMA ANÁLISE DA COMPETIÇÃO ELEITORAL E EMPREGO PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (2008 E 2012)

Maycon Rohen Linhares, Vitor de Moraes Peixoto.

Após a Constituição de 1988 o Brasil sofreu intensas transformações na estrutura político-institucional e socioeconômica. O processo de descentralização foi percebido como sinônimo de eficiência, participação, transparência e *accountability* que facilitaria assim a fiscalização e a penalização dos governantes, principalmente através do voto (ARRETCHE, 2002; RIBEIRO, 2013). Nesse novo desenho institucional os municípios foram os entes federados que mais se beneficiaram com o processo de descentralização (AFONSO e ARAÚJO, 2001), ganharam mais importância, podendo formular e implementar políticas públicas, além de serem agraciados com transferências constitucionais e tributos próprios aumentando sua receita disponível. Nos termos apresentados a competição que é um fator fundamental para a manutenção da democracia, uma vez que sem ela os processos democráticos não fariam sentido. O governo municipal assim como qualquer outra organização precisa de funcionários para a execução de seus serviços (NYCHAI et al., 2013). O objetivo principal desse trabalho é saber se os governantes locais fazem uso da capacidade empregatícia da prefeitura como máquina política, nomeando funcionários não estatutários, utilizando-se da patronagem para manter a relação entre eleitor e representante em um sistema clientelístico (BARONE, 2010). As relações clientelísticas se baseiam em troca de favores entre indivíduos, onde ambos são beneficiados, porém de forma díspar. O clientelismo repousa em redes personalistas que perpassam partidos políticos e burocracias, estas redes atravessam a sociedade de alto a baixo e tem nos recursos materiais do Estado uma ferramenta crucial para a operação do sistema, o acesso a esses privilégios possibilita desde a criação de empregos públicos até a distribuição de outros favores como obras públicas e nomeações (NUNES, 1997). Analisamos a relação entre os funcionários não estatutários e a competição eleitoral nos municípios brasileiros entre os anos 2008 e 2012. Para realizar a investigação utilizamos informações do Perfil dos Municípios Brasileiros do IBGE, do Sistema FINBRA da Secretaria do Tesouro Nacional e do Repositório de Dados Eleitorais do TSE. Os resultados indicam que a competição eleitoral está correlacionada com o número de funcionários não estatutários e a criação dos cargos variam de acordo com o partido.

Palavras-chave: Competição, Emprego, Clientelismo.

Instituição de fomento: CNPq